



Frontispício

ATA N.º 12

REUNIÃO:

ORDINÁRIA



ORDINÁRIA PÚBLICA



EXTRAORDINÁRIA



DATA DA REUNIÃO: Vinte de abril de dois mil e vinte.

LOCAL DA REUNIÃO: Via videoconferência, através da plataforma Zoom.

PRESIDIU: O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.

PRESENCAS E FALTAS

- Presidente:

António Domingos da Silva Tiago – Presente.

- Vereadores:

José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho – Presente.

Emília de Fátima Moreira dos Santos – Presente.

Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras – Presente.

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho – Presente.

José António Andrade Ferreira – Presente.

Mário Nuno Alves de Sousa Neves – Presente.

Jaime Manuel da Silva Pinho – Presente.

Paulo Fernando de Sousa Ramalho – Presente.

Paula Cristina Romão Pereira – Presente.

Marta Moreira de Sá Peneda – Presente.

INÍCIO DA REUNIÃO: Dezassex horas.

ENCERRAMENTO: Dezoito horas e vinte e oito minutos.

SECRETARIOU A REUNIÃO: A Diretora do DFP, Dra. Alexandra Carvalho.

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS: A ordem da própria agenda.

Frontispício

PRESTOU COLABORAÇÃO TÉCNICA: -----

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'F' or 'E' shape.A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'E' or 'R' shape.

PONTO Nº.	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
1	- <u>Período de Antes da Ordem do Dia.</u>	1, 1.1 a 1.19	<p>Intervenções:</p> <p>1) Exm.os(as) Senhores(as) Vereadores(as):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dr. Jaime Manuel da Silva Pinho; - Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho; - Eng.ª Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras; - Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira; - Dr. Paulo Fernando de Sousa Ramalho; - Doutor Mário Nuno de Sousa Neves; - Dra. Marta Moreira de Sá Peneda; - Dra. Emília de Fátima Moreira dos Santos; - Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho; - Dr. José António Andrade Ferreira. <p>2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p> <p>Apresentação de uma nota informativa subscrita pelo Presidente da Câmara sobre as medidas tomadas no âmbito do combate à Pandemia de COVID 19.</p>
2	<p>- <u>Escritura de justificação do equipamento municipal, denominado “Feira de Pedras Rubras”, sito à Rua das Guardadeiras, na freguesia de Moreira, concelho da Maia.</u></p> <p>Proposta n.º 13 296/19, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p>	2, 2A a 2G	<p>Aprovação da proposta, por maioria, esta em consequência do voto contra da Coligação “Um Novo Começo”.</p>

Data: 20 ABR 2020
Fl. B

PONTO Nº.	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
			<u>Intervenções:</u> 1) Exmo Senhor Vereador: - Dr. Jaime Manuel da Silva Pinho; 2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.
3	- <u>Pedido de isenção de taxas – ratificação.</u> Informação n.º 4523/2020, emanada do Departamento de Finanças e Património.	3, 3A a 3I	Ratificação do pedido de isenção de taxas, por unanimidade.
4	- <u>“Medidas de eficiência energética do Complexo Municipal de Piscinas de Folgosa, na freguesia de Folgosa – Norte 2020 – Norte-03-2017-42”.</u> Proposta de adjudicação e aprovação da minuta do contrato. Informação n.º 31 931/18, elaborada pelo Serviço de Contratação Pública.	4, 4A a 4V	Aprovação da proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato, por unanimidade.
5	- <u>“Medidas de eficiência energética do Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas, na freguesia de Águas Santas – Norte 2020 – Norte-03-2017-42”.</u> Proposta de adjudicação e aprovação da minuta do contrato. Informação n.º 31 931/18, elaborada pelo Serviço de Contratação Pública.	5, 5A a 5S	Aprovação da proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato, por unanimidade.

Data: 20 ABR 2020
Fl. C

PONTO Nº.	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
6	<p>- <u>“Medidas de eficiência energética do Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães, na freguesia de Gueifães – Norte 2020 – Norte-03-2017-42”.</u></p> <p>Proposta de adjudicação e aprovação da minuta do contrato.</p> <p>Informação n.º 13 177/18, elaborada pelo Serviço de Contratação Pública.</p>	6, 6A a 6AS	Aprovação da proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato, por unanimidade.
7	<p>- <u>“Prestação de serviços de manutenção de espaços verdes, para todo o concelho, pelo período de 5 meses”.</u></p> <p>Proposta de procedimento.</p> <p>Informação n.º 12 404/2020, elaborada pelo Serviço de Contratação Pública.</p>	7, 7A a 7AP	<p>Aprovação da proposta de procedimento, por maioria, esta em consequência do voto contra da Coligação “Um Novo Começo”.</p> <p><u>Intervenções:</u></p> <p>1) Exmo Senhor Vereador:</p> <p>- Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras.</p>
8	<p>- <u>Processos de construção.</u></p> <p>1. Topterrenus – Sociedade Imobiliária, Lda.;</p> <p>2. Diana Brízida Ribeiro da Cruz Branquinho Ramos Cardoso e Ricardo Jorge Vieira Cardoso;</p>	8, 8A a 8C 9, 9A e 9B	1 e 2 - Aprovação com vista ao disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE, e ao deferimento do projeto de arquitetura com sujeição às condições impostas nas informações técnicas, por unanimidade.
9	<p>- <u>Processos de loteamento.</u></p> <p>1. Bemtequer Sénior, Lda.;</p> <p>2. Premiumcoord, Lda..</p>	10, 10A a 10D 11, 11A a 11C	Aprovação com vista ao deferimento e concessão da alteração aos lotes à concessão da alteração aos lotes com sujeição às condições impostas nas informações técnicas, por unanimidade.

Data: 20 ABR 2020
Fl. D

PONTO Nº.	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
10	- <u>Pedido de informação prévia.</u> Maria Amélia Pereira Gradim de Oliveira Gericota.	12, 12A a 12E	Inviabilização do pedido de informação prévia, por unanimidade, conforme informação técnica.
11	- <u>Aprovação da ata da reunião camarária realizada em 10 de fevereiro de 2020.</u>	13, 13A a 13L	<p>Aprovação da ata, por maioria, esta em consequência do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo do Senhor Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e do Senhor Vereador, Dr. José António Andrade Ferreira.</p> <p>Mais deliberou proceder à retificação proposta pela Senhora Vereadora, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho, quanto ao ponto 11, após prévia auscultação da gravação.</p>
12	- <u>Aprovação da ata da reunião camarária realizada em 17 de fevereiro de 2020.</u>	14, 14A a 14BB	<p>Aprovação da ata, por unanimidade.</p> <p>Mais deliberou proceder às retificações propostas pela Senhora Vereadora, Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira quanto aos pontos 4, 14 e 17 e pelo Senhor Vereador, Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, quanto ao ponto 17, após prévia auscultação da gravação.</p>

PONTO Nº.	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
13	<p>- <u>Assinatura de Protocolo com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e as Associações Humanitárias de Pedrouços e Moreira da Maia para a constituição e implementação de equipas de intervenção permanente – ano 2019.</u></p> <p>Proposta n.º 56 858/19, subscrita pelo Senhor Vereador com Poderes Delegados em Proteção Civil, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves.</p>	15, 16, 16A a 16M	Adiado.
14	<p>- <u>Assinatura de Protocolo com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e as Associações Humanitárias de Pedrouços e Moreira da Maia para a constituição e implementação de equipas de intervenção permanente – ano 2019.</u></p> <p>Proposta n.º 56 850/19, subscrita pelo Senhor Vereador com Poderes Delegados em Proteção Civil, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves.</p>	17, 18, 18A a 18M	Adiado.
15	<p>- <u>“55+ Área Metropolitana do Porto”.</u></p> <p>Aprovação da candidatura ao Portugal Inovação Social – Programa Parcerias para o Impacto.</p> <p>Proposta n.º 14 102/20, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho.</p>	19, 19A a 19AO	Aprovação da proposta, por unanimidade.
16	<p>- <u>Protocolo a celebrar com a REN – instalação de base operacional do INEM na Maia.</u></p> <p>Proposta n.º 14 955/20, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora Emília de Fátima Moreira dos Santos.</p>	20, 20A a 20Q	Aprovação da proposta, por unanimidade.
17	<p>- <u>Resumo diário da Tesouraria.</u></p>	21	Tomado conhecimento.

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1)

PONTO N.º 1

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.---

-----Apresentação de uma nota informativa, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre as medidas tomadas no âmbito do combate à Pandemia de COVID 19. -----

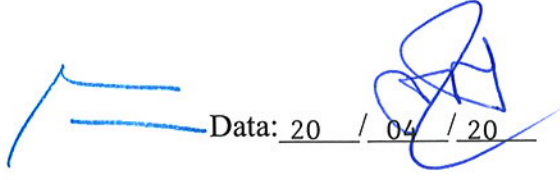
-----A Senhora Vereadora Eng.^a Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, falando sobre os efeitos da pandemia, do ponto de vista económico e social, e da situação de emergência que se vivia, sendo que os seus efeitos seriam arrasadores. -----

-----Mais esclareceu a Senhora Vereadora que o FMI previa quedas de 8% no nosso PIB e taxas de desemprego a rondarem os 12%, e as Câmaras Municipais não sairiam, naturalmente, incólumes de toda esta situação, pois iriam perder receita e aumentar a despesa para poderem dar resposta à crise social que se tinha instalado. ----

-----Mais acrescentou a Senhora Vereadora, a título de exemplo, o caso da CP que se encontrava sem receitas e que só tinha dinheiro para pagar salários de abril, de acordo com notícias saídas no Jornal O Público. -----

-----Desta forma, a Senhora Vereadora perguntava ao Senhor Presidente se a STCP tinha dinheiro para pagar salários e até quando. -----

-----Mais acrescentou a Senhora Vereadora que, nesta altura em que se estimavam quebras de receita anuais na ordem dos trinta por cento, nos principais operadores rodoviários, perguntava se não seria um risco demasiado elevado para a Câmara Municipal da Maia concretizar agora, juntamente com as outras Autarquias, a municipalização da STCP. Mais acrescentou a Senhora Vereadora que os tempos que atravessavam podiam ser caracterizados por duas palavras: imprevisibilidade e mudança, sendo que, naquele momento, não estavam no timing certo para se meterem em situações com risco, não controlados, não previsíveis, e que sabiam todos também que o contrato de serviço público tinha sido assinado em 2017, prevendo que a Câmara Municipal da Maia pagasse à STCP, entre 2017 e 2020, cerca de 2,4 milhões de euros, e que, com o novo modelo de intermuni-

 Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1.1)

palização, aquele valor, no mesmo período temporal, ascenderia a 5,96 milhões de euros, como muito bem sabiam e que representava um aumento de 142%. Mais referiu a Senhora Vereadora que, com a queda de receita para 2020, se a intermunicipalização vier, de facto, a acontecer este ano, a fatura a pagar pelo município da Maia, assim como por todos os outros municípios, será, seguramente, muito mais relevante do que aquele valor que ali tinha referido. -----

-----Mais acrescentou a Senhora Vereadora que, para o ano em curso, a Câmara Municipal da Maia teria que comparticipar com 10% do valor transferido para o orçamento de Estado para a AMP, no que dizia respeito ao valor do PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária, assim como os restantes municípios da AMP, a este valor acresceria um deficit estimado, antes da pandemia em 11M€, que iria também ele ser superior, e que ao mesmo tempo estavam a meio de um concurso público internacional para a fornecimento da operação de transporte público rodoviário, em que a Maia estava inserida no lote 1, e que, como sabiam, iria resultar em mais despesa para os municípios, uma vez que o modelo que estava em concurso estipulava que uma parte era assegurada ao quilómetro e a outra parte, em 25%, viria de receita, mas que aquela parte que era paga ao quilómetro, se a receita não chegasse, também teria que ser suportada pelas autarquias. Nestes termos, a Senhora Vereadora perguntou ao Senhor Presidente onde é que iria parar aquela escalada de despesas com transportes das Câmaras Municipais, perguntando, designadamente, qual era a posição que a Câmara Municipal da Maia iria adotar, relativamente à municipalização da STCP, nos meses agora imediatos, se iria realmente assinar o contrato para a intermunicipalização e se achava que não seria ajuizado adiarem a entrada no capital social da STCP, para 1 de janeiro de 2021.-----

-----Prosseguindo a sua intervenção, a Senhora Vereadora colocou outro ponto em cima da mesa, designadamente acerca do horário da recolha dos resíduos sólidos urbanos, pois antes da entrada do estado de emergência nacional, tinham a recolha de papel e de plástico, oito vezes em média por mês, sendo que os indiferenciados eram recolhidos em quatro dias por semana, e agora eram só dois os dias para isso. Mais acrescentou a Senhora Vereadora que estando os munícipes em casa, era natural que houvesse

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1.2)

uma maior produção de resíduos sólidos urbanos, pelo que não compreendiam muito bem aquele corte para metade do serviço que antes era feito. Mais referiu a Senhora Vereadora que também os calendários pela morada dos munícipes deveriam ter sido devidamente atualizados, pois sabia que aquela informação não tinha chegado a muitas partes do concelho, sabendo ainda que em muitos condomínios, os contentores do lixo estavam a ficar muito assobrados, em termos da sua capacidade, fruto das alterações de recolha de resíduos que foram efetuadas, pelo que solicitavam que revissem aquela situação. -----

-----A Senhora Vereadora Doutora Paula Cristina Romão Pereira interveio, afirmando que iria colocar cinco pontos fundamentais, referindo a Senhora Vereadora que o primeiro tinha a ver com a informação que lhes tinha sido veiculada uns minutos antes daquela reunião, e que tivesse sido, em primeira instância, amplamente divulgada nas redes sociais, o que, mais uma vez, era demonstrativo da falta de vínculo institucional para com os vereadores sem pelouro.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção a Senhora Vereadora, falando no segundo ponto, com ordem mais objetiva, sabendo eles que as aulas se reiniciaram naquela segunda-feira, gostariam de saber se todos os alunos de todos os níveis de ensino do concelho da Maia dispunham naquele momento de computador ou tablet ou/e acesso móvel à Internet. Mais acrescentou a Senhora Vereadora perguntando o que estava a ser feito relativamente aos alunos com necessidades educativas especiais, ou seja, aos alunos de educação inclusiva, e também gostariam de saber o que é que estava a ser feito ao nível da educação pré-escolar que, como sabiam, o município tinha responsabilidade direta sobre o pré-escolar e sobre o primeiro ciclo. Mais acrescentou a Senhora Vereadora que observou a documentação que enviaram antes da reunião e verificou que disponibilizavam ferramentas, perguntando se asseguravam o acesso a essas ferramentas, e se isso não era feito, estavam a agravar ainda mais as desigualdades sociais, ou seja, existia naquele momento a maior preocupação naquele acelerador das desigualdades sociais no caso da educação, sendo a maior preocupação nacional, e verificava-se que, na Câmara Municipal da Maia, aquela forma de agir poderia ainda agravar mais aquela situação. Mais referiu a Senhora Vereadora que não se tratava de assegu-

 Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1.3)

rar a igualdade, mas sim, isso sim, de assegurar a equidade, porque a igualdade potencia ainda mais a assimetria entre os alunos. -----

-----Mais acrescentou a Senhora Vereadora, referindo-se ao terceiro ponto que desejava colocar, que aquele nome que era dado de MaiaSchool4hall, era declinado pelos vereadores da Coligação Um Novo Começo, porque não era um nome português e colocava a questão de saber exatamente isso, de não colocarem nomes portugueses que dignificavam a língua portuguesa e que só complicavam a vida aos pais dos alunos que não eram muito instruídos.-----

-----Relativamente ao quarto ponto, a Senhora Vereadora informou que era preciso ir mais longe e proporcionar apoio direto às famílias, porque o mais fácil de resolver era sempre de suprir a parte material e instrumental, porque essa é que era aquela que nós dominávamos e que estava ao nosso alcance de resolver. O mais difícil, continuou a Senhora Vereadora, era agir no sentido de assegurar a equidade entre os nossos jovens, alunos e professores, porque também havia muitos professores a precisarem de apoio.

-----Quanto ao quinto ponto que a Senhora Vereadora desejava colocar, este tinha a ver com os timings, ou seja, se as aulas terminaram no dia 13 de março e estavam no dia 20 de abril e ainda não forma resolvidas as carências dos alunos naquele domínio, sendo que, mais uma vez, tinham agido tarde, porque as aulas acabavam no mês de junho, e desta forma, se os alunos já ficaram com matérias em atraso, com o retardamento da ação que a Câmara deveria tomar, então cada vez ficariam ainda mais atrasados.----

-----O Senhor Vereador Dr. José António Andrade Ferreira interveio, referindo que o Senhor Presidente, na intervenção que tinha feito na Assembleia Municipal, tinha brindado as propostas da Coligação “Um Novo Começo” com alguns adjetivos pouco simpáticos, chamando-as de demagógicas, que tinham entrado no delírio das promessas e propostas absurdas e irresponsáveis. Mais referiu o Senhor Vereador que confessava que não tinha grande vocação para a retórica e gostava sempre de ser muito objetivo naquelas situações, mas não podiam ficar pelas palavras vazias e ir ao concreto, procurando saber a que é que se referia o Senhor Presidente quando falava daquela forma sobre as pro-

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1.4)

postas da Coligação “Um Novo Começo”, que algum mérito teriam, tendo duas delas, que não constavam do programa elaborado, sido plagiadas pela Coligação “Maia em Primeiro”, referindo-se, em concreto, ao hotel para idosos e ao hospital de campanha para doentes de Covid negativo.-----

-----Mais acrescentou o Senhor Vereador que o Senhor Presidente também tinha dito que ainda não tinha visto outro município, com dimensão equivalente ao nosso, que tivesse ido tão longe nos apoios sociais e económicos às famílias e às empresas. Mais referiu o Senhor Vereador que se o Senhor Presidente não viu, era porque andava distraído, pois haviam exemplos de autarquias bem próximas da Maia, tais como a de Matosinhos ou a de Vila Nova de Gaia, que foram muito mais longe, e outros exemplos de Câmaras como a de Évora, que investiu na aquisição de ventiladores e de outros equipamentos, e assim perguntava porque era que, no âmbito de umas autorizações legislativas do Governo, quer ao nível da saúde quer ao nível da despesa financeira, não avançavam na realização de testes na totalidade dos lares e nas residências séniores do Concelho, ainda que tivesse que ser a Câmara Municipal a custeá-los.-----

-----Mais referiu o Senhor Vereador que chegava de anunciar medidas como as de realização de testes no Espaço Municipal, sendo que a iniciativa dessa realização partia de um laboratório de patologia clínica, a SYNLAB, sabendo-se que os testes eram custeados pela ARS Norte e o número de testes realizados era relativamente pequeno, não sendo restrito à Maia, e faziam daquilo uma bandeira e anunciavam que aquilo eram as grandes medidas do Concelho, para protegerem os nossos munícipes.-----

-----Mais acrescentou o Senhor Vereador que não bastava dizer as medidas da Coligação “Um Novo Começo” eram irresponsáveis, demagógicas ou que caíam no delírio das promessas, sendo estas palavras muito graves e que não podiam passar em branco, pelo que pedia ao Senhor Presidente que concretizasse aquele assunto, para que ficasse claro ao Executivo e aos olhos dos maiatos, quais eram as propostas que eles tinham feito que estavam no delírio das promessas, que eram irresponsáveis, que eram demagógicas ou que não eram exequíveis por aquele Executivo.-----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1.5)

-----O Senhor Vereador Dr. Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, falando novamente nos requerimentos que ainda continuava à espera de respostas, nomeadamente, quanto à informação financeira e aos mapas financeiros do Município, mas que centrava a sua intervenção em duas questões, interrompendo aqui a sua intervenção dado a problemas técnicos. -----

-----O Senhor Vereador Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, afirmando que na reunião de Câmara do dia 6 de abril, afirmaram gostar de ter os dados todos sobre a Maia, sobre os casos que existiam, como é que a Câmara Municipal estaria a agir, e hoje era dia 20 de abril e veio agora um simples e-mail sobre a situação, contendo algumas medidas, ou seja, o que tinha sido dito, que era uma coisa simples e apenas para estarem devidamente informados sobre a situação no concelho, tem pena que, durante este tempo todo, não tenham sido dadas nenhuma informação sobre o estado de sítio da Maia e quais eram as medidas que estavam a ser feitas.-----

-----Mais acrescentou o Senhor Vereador que recebiam muitas queixas e que continuavam a receber, que tinham a ver com limpeza das ruas, sobre os lixos, sobre a falta de EPI'S, e tinham imensas queixas de jovens que não podiam ter aulas com os outros amigos porque não tinham tablet's nem internet. Assim, perante estas queixas que tinham, gostava de ouvir da Câmara Municipal o ponto de situação, o que é que estava a ser feito, para verificarem se aquilo que estava a dizer correspondia à verdade dos factos. -----

-----O Senhor Vereador, Jaime Manuel da Silva Pinho, recomeçou a sua intervenção, colocando a primeira questão, verificando que na freguesia de Águas Santas, tinha existido um incidente quanto ao funcionamento do cemitério, e assim perguntava se no concelho da Maia havia registo de mais situações como aquela, do funcionamento dos cemitérios. -----

-----Mais referiu o Senhor Vereador que também gostava de saber se a Junta de Freguesia de Águas Santas previamente questionou ou se tinha recebido alguma informação da Câmara Municipal, relativamente ao modo como operou a situação. -----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1.6)

-----Mais referiu o Senhor Vereador, quanto à segunda questão que desejava colocar, que tinham acabado de receber aquele comunicado que o Senhor Presidente tinha feito, e reparava que, no mesmo, existiam algumas informações que tinha questionado na última reunião, e às quais o Senhor Presidente não tinha chegado a responder, e que assim gostava de reforçar e de obter uma resposta. Mais referiu o Senhor Vereador, perguntando ao Senhor Presidente, se tinham sido feitos testes a todos os lares e a todos os estabelecimentos de resposta social, designadamente, aos centros que acolhiam deficientes e outro tipo de pessoas com dificuldades. Mais referiu o Senhor Vereador que também se dizia que, desde o dia 25 de março, se encontrava em funcionamento o centro de rastreio do Covid-19, tendo então perguntado ao Senhor Presidente quantos testes foram feitos a utentes da Maia, pois sabiam que naquele centro, muitas das pessoas que lá iam, não eram do concelho da Maia. -----

-----Mais referiu o Senhor Vereador que, quanto àquele comunicado do Senhor Presidente, gostava ainda de colocar uma questão que tinha a ver com o serviço de apoio social, perguntando quantos eram os utilizadores daquele serviço, como é que tinha sido feito o rastreio daquelas famílias e daquelas pessoas que tinham necessidades, perguntando ainda se estavam a chegar a todos os que tinham dificuldades. -----

-----A terminar a sua intervenção, o Senhor Vereador falou ainda de uma proposta que vinha no seguimento daquilo que tinha falado na última reunião, em que julgava que, para além da pandemia do Covid-19, iriam agora começar a entrar na pandemia da necessidade e da fome, de inúmeros problemas que iriam agora surgir, pelo facto das pessoas não terem dinheiro para sustentar a sua vida e das suas famílias, e a verdade é que um menino que, em frente a um tablet estava de barriga vazia, não faria nada pois tinha fome, e assim gostaria de propor, em nome da Coligação “Um Novo Começo”, que começasse a ser estudada e preparada a possibilidade de serem criadas cantinas sociais, a funcionarem nas sedes de agrupamento, para darem apoio não só às crianças e jovens mas também a famílias, pois existia muita gente que trabalhava, que nem sequer estava desempregada, mas que não tinham atividade, nem receita, nem dinheiro, e precisavam de comer. -----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1.7)

-----Sobre as questões apresentadas pela Senhora Vereadora Sandra Lameiras o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, referiu que a questão da situação económica era uma questão mundial e que tinha que ser responsabilmente observada e tida em consideração, principalmente ao nível nacional e da União Europeia, para se criar um plano de intervenção criando-se mecanismos, modelos e programas para se acudir a esta difícil situação económica e social.-----

-----No que dizia respeito à STCP, o Senhor Presidente referiu que estava preocupado com a situação, tendo inclusivamente sido solicitado pelo Presidente da Câmara de Valongo, que antes de o fazer tinha falado com ele, ao Presidente da UTS, Dr. Rui Moreira, uma reunião que está para ser agendada e ali ser discutido o assunto entre todos os municípios que integram aquela UTS. Assim, disse partilhar a visão da Senhora Vereadora, pois se já antes era complicado, neste momento a situação era ainda mais grave, e como tal ainda bem que não tinha sido ainda assinada a intermunicipalização. -----

-----Mais referiu o Senhor Presidente que quanto ao PART e ao deficit tarifário do andante, também na última reunião da Área Metropolitana do Porto se discutiram essas questões, realçando que havia um acordo com o Governo de dois e meio por cento no primeiro ano, que já tinha sido concretizado, de dez por cento no segundo ano e vinte por cento no terceiro e anos seguintes. Mais referiu o Senhor Presidente que esse deficit estava a ser empurrado apenas para os Municípios, e assim chegaram à conclusão que aquilo não era sério, não era justo, e como as estimativas não foram acertadas, o Governo teria que assumir a maior parte do deficit e não serem apenas os Municípios a responder por ele, tendo esta questão já sido colocada ao Ministro da Mobilidade e Transição Energética, para resolução do problema, sendo que neste momento era desconhecida a conclusão e a solução daquele problema.-----

-----Quanto à recolha dos resíduos sólidos e urbanos, o Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Dr. Paulo Fernando de Sousa Ramalho que, como Presidente do Conselho de Administração da Maiambiente, respondesse à questão que tinha sido colocada. -----


Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1.8)

-----A Senhora Vereadora Dra. Emília de Fátima Moreira dos Santos interveio, afirmando que as questões levantadas se fossem aplicadas ao Governo eram muito bem dirigidas, mas entendiam que naquela altura de pandemia deveriam estar todos unidos e encontrar soluções para os diversos problemas. Mais referiu a Senhora Vereadora que, no que dizia respeito à responsabilidade da Câmara Municipal e em particular da ação social escolar, tinham responsabilidade apenas no que dizia respeito ao primeiro ciclo. Mais esclareceu a Senhora Vereadora que o Ministério da Educação fez um levantamento entre o dia 1 e 6 de abril, em matéria de equipamento informático e internet, procurando saber o que seria necessário em todos os ciclos. No que dizia respeito ao primeiro ciclo, da responsabilidade da Câmara Municipal, perceberam que havia um conjunto de crianças, de seiscentas e sessenta e quatro crianças que precisavam de equipamento informático, sendo que a Câmara Municipal, nessa mesma altura, disponibilizou, através de banco de empréstimo, tablet's para essas crianças, que tinha chegado a cada um dos agrupamentos na quinta-feira passada. De igual forma, foi também disponibilizado um conjunto de routers, com um carregamento pré-pago de três meses de acesso à internet, para trezentas famílias, porque tinha sido isso que tinham pedido, no âmbito do levantamento que tinha sido feito. De igual forma, e no que dizia respeito às atividades de enriquecimento curricular e das atividades de apoio à família no pré-escolar, a Câmara Municipal manteve sempre, quer no período das férias e agora, particularmente, uma plataforma a que chamou de campos da educação, em que as crianças tinham atividades de enriquecimento curricular e no pré-escolar as ditas atividades de apoio à família, tal como as oficinas de inglês, as artes, tudo o que tinham, mas de uma forma virtual. -----

-----Mais referiu a Senhora Vereadora que complementaram aquela oferta com o reforço da plataforma Participa Mais, que passou a ter uma atividade muito focada na família com atividades de concursos de entretenimento virados para a família, e também testam o conhecimento, no sentido de consolidar as aprendizagens que os meninos iam fazendo no primeiro ciclo. Mais referiu a Senhora Vereadora que aquela plataforma era acompanhada por um conjunto de cem professores, que davam o suporte a toda

Data: 20 / 04 / 20

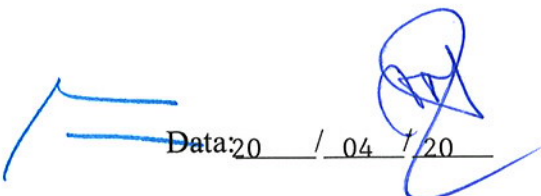
Fl. (1.9)

uma comunidade educativa sobre o acesso e a utilização daquela plataforma, designadamente no que dizia respeito aos conteúdos que eram disponibilizados e aos meios utilizados para o seu esclarecimento. De igual forma, em paralelo, foi criada uma linha verde, que começou a funcionar naquela data, no sentido de esclarecer alguns encarregados de educação sobre como poderiam descarregar as plataformas que os agrupamentos escolares, cada um à sua maneira, escolheu para utilizar e que tinha causado alguma confusão perante a diversidade de plataformas que tinham sido escolhidas pelos diferentes agrupamentos, e foi assim criada capacidade de resposta para que os pais, em casa, pudessem ajudar os meninos quer a descarregar as plataformas quer também, depois, a saber instalar e a trabalhar com cada um dos equipamentos.-----

-----Mais referiu a Senhora Vereadora que quanto às crianças das necessidades educativas especiais, esses meninos continuaram a ter uma sessão semanal de musicoterapia, em articulação com as equipas de educação especial, sendo que todas as crianças que estavam nos centros de apoio à aprendizagem, sendo quatro os centros de apoio à aprendizagem, continuavam a ter musicoterapia em sessões semanais. -----

-----Mais referiu a Senhora Vereadora que a Câmara Municipal estava ao lado quer dos agrupamentos quer dos pais, em articulação permanente também com os terapeutas, para chegar a cada uma daquelas famílias que, naquele momento, não estava de facto numa situação simplificada, como não estava, de resto, qualquer uma das nossas famílias. -----

-----De igual modo, e no que dizia respeito à faturação, a Senhora Vereadora esclareceu que tinha sido criado um alargamento no regime de faturação quer das refeições que vinham do passado, quer das atividades de apoio à família que eram pagas, sendo que se algum encarregado de educação tivesse dificuldade no pagamento, o prazo para o fazer seria estendido ou então poderia ser pago em prestações, desde que devidamente solicitado. Mais esclareceu a Senhora Vereadora que, no que dizia respeito às faturas de março, tinha sido autorizado um desconto de cinquenta por cento nas faturas desse mês.---

 Data: 20 / 04 / 20

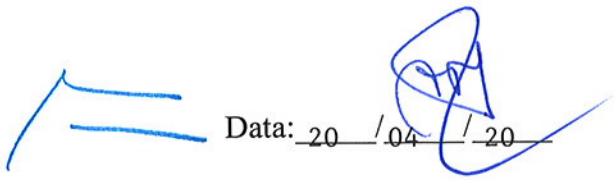
Fl. (1.10)

-----A Senhora Vereadora Doutora Paula Cristina Romão Pereira referiu que a Senhora Vereadora da educação lhe estava a dizer aquilo que tinha sido enviado por email antes da reunião de Câmara começar, mas que desejava saber dados concretos, como por exemplo quantos alunos que ainda não tinham tablet, tendo a Senhora Vereadora da educação respondido que nenhum, que todos os alunos do primeiro ciclo tinham tablet, de acordo com o levantamento que foi feito aos diversos agrupamentos, num total de 664 crianças que necessitavam de tablet.-----

-----A Senhora Vereadora Doutora Paula Cristina Romão Pereira informou que dispunha de outros dados, de outras informações e que só num agrupamento, de acordo com o que lhe tinham dito, faltariam cerca de quarenta tablets, mas que, depois, a Senhora Vereadora da Educação teria a oportunidade de melhor verificar aqueles números que estava ali a dizer. -----

-----A Senhora Vereadora Doutora Paula Cristina Romão Pereira afirmou que a Câmara Municipal tinha responsabilidade direta sobre o primeiro ciclo, mas que negligenciava o pré-escolar, tendo a Senhora Vereadora da Educação respondido que não, que não era verdade, que não negligenciavam o pré-escolar. -----

-----A Senhora Vereadora Doutora Paula Cristina Romão Pereira afirmou que a Senhora Vereadora da Educação não lhe tinha respondido sobre a questão da disponibilização de ferramentas mas que, tal como em tudo na vida, teria de haver a possibilidade de elas serem usadas, ou seja, disponibilizarem as ferramentas informáticas sem haver um tablet ou um computador, não servia de nada para os alunos do pré-escolar, tendo a Senhora Vereadora da Educação respondido que era lógico que naqueles 664, já estavam também as necessidades do pré-escolar, tendo sido distribuídos equipamentos a quem o agrupamento pediu, em primeira instância para o primeiro ciclo, e também para algumas crianças do pré-escolar. Mais referiu a Senhora Vereadora da Educação que aquilo que o Senhor Presidente tinha dito, era que tinham um subsidio à disposição dos agrupamentos, que ainda não utilizaram desde o inicio do ano letivo, subsidio esse para a aquisição de equipamentos didáticos e também comunicações, onde poderiam efetivamente comprar spots de internet

 Data: 20 / 04 / 20

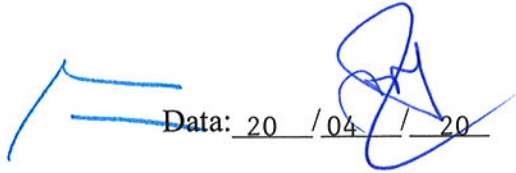
Fl. (1.11)

para fazer chegar aos alunos e podiam utilizar esse subsidio para o pré-escolar e para o primeiro ciclo.-----

-----A Senhora Vereadora Doutora Paula Cristina Romão Pereira afirmou que essa verba do subsídio já tinha sido aprovada há uns meses atrás, tendo a Senhora Vereadora da Educação referido que essa verba, de noventa mil euros, que não estava a ser utilizada pelos agrupamentos, era para ser usada por aqueles tendo em vista a satisfação de necessidades que cada um tinha, neste período de pandemia, tais como equipamento informático, de tablets ou computadores, ou até mesmo de internet. Mais referiu a Senhora Vereadora que a responsabilidade da Câmara Municipal era exatamente nestes dois níveis de ensino, do pré-escolar e do primeiro ciclo, sendo que para a Câmara Municipal poder intervir nos outros ciclos de ensino, deveria haver uma adenda à proposta anteriormente aprovada, sendo que o Senhor Presidente da Câmara já manifestou a sua disponibilidade para esse efeito, sendo que o Ministério da Educação ainda não tinha disponibilizado um único computador para os 2.º e 3.º ciclos e para o secundário da Maia.-----

-----A Senhora Vereadora Doutora Paula Cristina Romão Pereira afirmou que a Senhora Vereadora da Educação tinha falado numa verba de noventa mil euros, tendo a Senhora Vereadora Dra. Emília Santos respondido que era a verba correspondente ao subsídio que a Câmara Municipal tinha aprovado há uns meses atrás, tendo a Senhora Vereadora Doutora Paula Cristina Romão afirmado que sim, que já se lembrava daquela verba e que, no seu pensamento, julgava que a Senhora Vereadora da Educação estivesse a falar de outra verba, e assim concluía que aquela verba que já tinha sido aprovada para um determinado fim, poderia agora ser aproveitada para outros fins, no âmbito da situação de pandemia. A Senhora Vereadora da Educação respondeu que sim, mas que agora aquela verba já não era exclusiva para o pré-escolar e para o 1.º ciclo, mas sim também para os 2.º e 3.º ciclos e secundária. -----

-----A Senhora Vereadora Doutora Paula Cristina Romão afirmou que as grandes dificuldades dos agrupamentos naquela altura eram precisamente as dos 2.º e 3.º ciclos, pelo que pensava que aquele valor era absolutamente exíguo, partindo

 Data: 20 / 04 / 20

Fl. (12)

do pressuposto de que os agrupamentos ainda o não tinham gasto, pelo que gostava de perguntar à Senhora Vereadora da Educação o que era que se podia fazer com o quê, pois dava a sensação que o problema estava resolvido e não era a essa a verdade, não estando nada resolvido, perguntando também ao Senhor Presidente se achava que o assunto estivesse resolvido.

-----O Senhor Presidente respondeu, afirmando que já tinha dito à Senhora Vereadora que essa competência não era das Câmaras Municipais, mas sim do Governo e que, como tal, tinha que fazer essas perguntas ao Governo, que era quem tinha essa responsabilidade. -----

-----A Senhora Vereadora Doutora Paula Cristina Romão afirmou que sim, que percebia aquilo que o Senhor Presidente lhe estava a dizer, mas que pensava que em tempos de crise, como aquele que na altura estavam a viver, todos tinham a obrigação de colaborar e agir em todos os níveis de ensino, tendo a Vereadora da Educação respondido que sim, que era o que estavam a fazer. -----

-----A Senhora Vereadora Doutora Paula Cristina Romão insistiu, afirmando que não, que não era isso que estava a acontecer, tendo o Senhor Presidente afirmado que não iria permitir que aquela discussão continuasse, e que no final da reunião, se a Senhora Vereadora o desejasse, a Vereadora da Educação responderia a todas as questões que a Senhora Vereadora quisesse. -----

-----O Senhor Presidente afirmou ainda que quanto às questões colocadas pelo Vereador Dr. Andrade Ferreira, não lhes iria dedicar muito tempo, pois tinha transmitido por escrito e tinha ficado na ata da Assembleia Municipal qual era o seu pensamento e a sua perceção das coisas, respeitando a opinião do Senhor Vereador, mas que exigia que também ele respeitasse a sua, referindo ainda que quanto aos ventiladores, foi o próprio Primeiro-ministro, Dr. António Costa, quem disse, numa reunião da AMP, que os Municípios não investissem nem dispusessem dinheiro na sua aquisição, pois isso era da competência própria do Ministério da Saúde, em particular da DGS.-----

-----Mais referiu o Senhor Presidente que nenhum Município com o alcance do município da Maia apresentou medidas e propostas como as que a

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1.13)

Câmara Municipal da Maia fez, muito mais profundas do que as apresentadas até pelo próprio município do Porto. -----

-----O Senhor Vereador Dr. Andrade Ferreira afirmou que o Senhor Presidente, contra o que era seu costume, quis levar uma informação escrita, com intenção de que ficasse registada na ata da Assembleia Municipal, mas que aquilo que lhe estava a dizer também não era nada de extraordinário, pois a partir do momento em que afirmava que as propostas dos Senhores Vereadores eram irresponsáveis e não exequíveis, era bom que os maiatos soubessem que os Senhores Vereadores daquele Executivo faziam propostas que a Câmara Municipal não podia executar.-----

-----O Senhor Presidente voltou a referir ao Senhor Vereador o exemplo que lhe tinha dado do Primeiro-ministro, que desaconselhou os Municípios a adquirirem os ventiladores, que eram assunto específico do Governo, e que investissem antes nos lares e no apoio social, e que, como tal, aquela proposta de aquisição de ventiladores não tinha qualquer cabimento. -----

-----O Senhor Vereador Dr. Andrade Ferreira afirmou que, tal como já o tinha referido na anterior reunião, essa questão dos ventiladores era a que menos lhe pesava, pensando ainda que teria sido possível encontrar boas vontades no tecido empresarial da Maia para se comprar alguns ventiladores, sem sequer se envolver o Município, pensando que haveria muita coisa a ser feita, antes de se chegar àquela questão, acrescentando ainda o Senhor Vereador que o Senhor Presidente tinha dito, na última reunião, que a Câmara Municipal tinha comprado cinquenta mil máscaras, mas que, por certo, desconhecia que a Câmara Municipal de Matosinhos iria distribuir cerca de um milhão e duzentas mil máscaras, tendo o Senhor Presidente respondido que aquela situação não era nenhuma feira de vaidades, que não havia disputas entre Municípios, mas sim resolução dos problemas.-----

-----O Senhor Vereador Doutor Mário Nuno de Sousa Neves interveio, afirmando que a preocupação principal era a população da Maia e julgava que estavam a corresponder às necessidades da população, no âmbito das competências da Câmara Municipal. -----

Data: 20 /04 /2020

Fl. (.14)

-----Mais referiu o Senhor Vereador que a Câmara Municipal estava a acatar as recomendações da DGS e quando esta dissesse que era preciso fazer-se uma distribuição maciça de máscaras pela população, a Câmara Municipal iria tomar essa posição, sendo que, inclusive, já estavam pedidos orçamentos, sendo necessário neste período evitar voluntarismos que não correspondiam às necessidades e orientações da DGS. -

-----Mais referiu o Senhor Vereador que não andavam ali a fazer capas de jornais e que iriam continuar a sua ação de forma tranquila, antecipando algumas coisas que competiriam ao Estado, mas que não entrariam em desvarios, como acontecia com alguns Municípios. -----

-----O Senhor Vereador Dr. Andrade Ferreira afirmou que estavam completamente unidos numa questão essencial que era a base daquilo tudo, revelando que o interesse de uns era o interesse de todos ao que o Senhor Vereador Doutor Mário Nuno de Sousa Neves respondeu, afirmando que o município de Matosinhos andava a tentar fazer um protocolo com a Maia, para poderem encaixar os infetados deles no nosso centro de Covid positivo, e tudo porque o município de Matosinhos já não tinha solução para os seus infetados.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, interveio, afirmando que sobre as questões do Senhor Vereador Dr. Jaime Pinho, iria ver se conseguia dar resposta aos requerimentos que ele tinha formulado e sobre a questão do cemitério de Águas Santas, afirmou que não sabia de nada do que se passou e que só soube através da filha da falecida, que lhe escreveu um e-mail, e que em resposta deu-lhe nota que a Câmara Municipal não tutelava os cemitérios e que o assunto era da responsabilidade da Junta de Freguesia de Águas Santas e que ficava pesaroso com a situação, porque a mesma era muito aborrecida. Mais deu nota que no fundo tinha-se contrariado a vontade da Senhora que tinha falecido e que tinha sido cremada. Reiterou que a Câmara Municipal não teve conhecimento disso no momento, apenas depois de ter acontecido, não porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia lhe tivesse telefonado, mas segundo lhe tinha dito o Senhor Vice-Presidente em exercício, Dr. Paulo Ramalho, e que lhe tinha

 Data: 20 / 04 / 20


Fl. (1.15)

dado conta que o Senhor Presidente da Junta lhe tinha telefonado a perguntar-lhe qual era a opinião ou versão dele em termos jurídicos, mas após a tomada de decisão. Mais acrescentou que o Senhor Presidente da Junta também estava aborrecido com a situação, e não estando confortável, pediu a opinião a um jurista com formação e com as funções que tinha no Executivo Municipal, que lhe deu a conhecer que a recomendação da DGS tinha sido encarada como uma obrigação ou uma exigência e não tinha sido isso que a DGS tinha transmitido, dado que era uma recomendação. Reiterou que tinha ficado triste porque de certeza a Junta de Freguesia de Águas Santas tinha agido desta maneira, pensando que estava a agir da melhor forma. -----

-----Mais referiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal que não tinha sido um comunicado mas sim uma pequena nota informativa para dar a conhecer ao Executivo Municipal, neste período, o que estavam a fazer. Quanto aos testes, deu nota que iriam fazer a todas as entidades da rede social pública e privada e também a outros equipamentos sociais que não de idosos. -----

-----A Senhora Vereadora Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho interveio, afirmando que, relativamente ao serviço de apoio social, tinham concretizado 85 apoios, sendo que a maior parte das famílias que pediam eram pessoas idosas ou com doenças e estão a conseguir realizá-los, ou no próprio dia ou no dia útil seguinte, estando assim a conseguir-se chegar a quem solicitava aquele serviço. Mais referiu a Senhora Vereadora que, quanto à questão das cantinas sociais, tinham em carteira essa possibilidade mas que, naquele momento, não havia justificação para a mesma e continuariam a dar apoio da mesma forma que estavam a dar ao nível do cabaz de alimentos ou então as entidades que estavam a trabalhar com a Câmara Municipal, tinham indicação para que, se fosse necessário, entregarem alguma alimentação confeccionada, mas apenas nos casos em que isso se justificasse. -----

-----O Senhor Vereador Dr. Jaime Pinho afirmou que, relativamente à primeira questão que a Senhora Vereadora tinha respondido, perguntava a quem e como era que os cidadãos se dirigiam para obter aquele tipo de ajudas se precisassem, tendo a Senhora Vereadora Dra. Ana Miguel respondido que existia um número da Câmara


Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1.16)

Municipal, com uma Técnica que atendia os pedidos e depois havia uma equipa que saía para fazer a aquisição dos bens, designadamente alimentares de primeira necessidade e medicação, e depois os motoristas levam a casa das pessoas, sendo que os bens eram pagos pelos próprios utentes que faziam os pedidos, competindo à Câmara Municipal apenas prestar o serviço. -----

-----Mais referiu a Senhora Vereadora que quem não tivesse dinheiro para pagar os bens, não era atendido no âmbito deste programa, mas sim nou- tro tipo de apoio, como a entrega do cabaz de alimentos, mas que isso dependia das situações. -----

-----Mais acrescentou a Senhora Vereadora que o acesso à alimentação para quem não tivesse dinheiro, era feito pelas outras entidades que atu- avam na primeira linha, e que eram ajudados por cabazes de alimentos, preferencialmente, sendo que o número de pedidos, que designavam por SOS, tinham aumentado bastante.-----

-----O Senhor Vereador Dr. Jaime Pinho afirmou que a Senhora Vereadora tinha dito que a criação das cantinas sociais não se justificava, mas que tinha acabado de afirmar que o número de pedidos de alimentação SOS tinha aumentado bas- tante, e esta era também a ideia que o Senhor Vereador tinha, e que, por isso mesmo, achava que justificava aquela criação de cantinas sociais. -----

-----A Senhora Vereadora da Educação, Dra. Emília Santos, lembrou que as cantinas das escolas estavam abertas, não só para os filhos dos profis- sionais de risco, mas também para todas as crianças carenciadas, que quisessem beneficiar daquele apoio. -----

-----Mais referiu a Senhora Vereadora que, quanto ao número de testes de rastreio efetuados na Maia, e designadamente, quanto ao número de mai- atos que fizeram o teste, era impossível saber-se este último número, pois grande parte das pessoas que faziam o teste não eram da Maia e que só conheciam o número final de testes efetuados. Assim, pelas dezoito horas do dia anterior ao da reunião de Câmara, o número total de testes efetuados no centro de rastreio da Maia era de 2936, e nos lares e estruturas


Data: 20 / 04 / 20

Fl. (1.17)

residenciais, tinham sido feitos 1156 testes, num total de 1644. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago interveio, referindo que sobre as questões do Senhor Vereador Dr. José Francisco Vieira de Carvalho, os dados tinham sido hoje, não havendo nenhuma obrigação que fosse nesse dia, mas sim quando tinham elaborado a citada informação e que ainda hoje iriam mandar informação complementar com o número de infetados do Concelho, fazer uma comparação com outros Municípios, a enviar via e-mail. Mais deu nota que os dados foram oficiais fornecidos pela DGS, dado que eram só estes que aceitavam; sobre as queixas que o Senhor Vereador tinha referido, o Senhor Presidente afirmou que havia sempre queixas, nomeadamente no facebook, algumas delas até fabricadas, mas a Câmara Municipal estava a agir, a responder bem às exigências da situação. Em relação aos lixos e sobre a higienização das ruas, deu nota que não tinham feito apenas uma vez, faziam sempre, sendo um processo contínuo e já feito anteriormente.-----

-----O Senhor Vereador, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves, face às queixas, propôs que essas mesmas queixas fossem partilhadas com quem tinha responsabilidade na respetiva área, dado que poderiam haver queixas às quais poderiam dar logo resposta, fosse ela qual fosse. Mais deu nota que acumular queixas e não as partilhar e falar de queixas em abstrato, não ajudava em nada. -----

-----A Senhora Vereadora, Eng.ª Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota que informavam as pessoas para reportarem à Câmara Municipal. -----

-----O Senhor Vereador, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves, deu nota que isso podia ser feito pelo Vereador que recebia a queixa. -----

-----Apresentação de uma nota informativa subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara sobre as medidas tomadas no âmbito do combate à Pandemia de COVID 19. -----

/

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (2)



PONTO N.º 2

**ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO DO EQUI-
PAMENTO MUNICIPAL, DENOMINADO
“FEIRA DE PEDDRAS RUBRAS”, SITO À
RUA DAS GUARDEIRAS, NA FREGUESIA
DE MOREIRA, CONCELHO DA MAIA. -----**

-----Presente a proposta subscrita pelo Senhor Presiden-
te da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, registada sob o
n.º 13 296/19, na qual propõe que a Câmara delibere no sentido da presente proposta e, con-
sequentemente, proceda à outorga da escritura pública de justificação do equipamento muni-
cipal, denominado “Feira de Pedras Rubras”, sito à Rua das Guardieiras, na freguesia de Mo-
reira, concelho da Maia, nos termos dos artigos 1260º a 1262º e 1296º do Código Civil.-----

-----À Câmara para deliberação. -----

-----O Senhor Vereador Dr. Jaime Manuel da Silva Pi-
nho afirmou que iriam votar contra, porque tinham muitas dúvidas naquele processo, desde
logo porque é que o processo não era feito em nome de quem geria aquele espaço.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º
António Domingos da Silva Tiago, afirmou que o facto de a Junta de Freguesia gerir aquele
espaço não significava que fosse sua propriedade, sendo que, no caso, a propriedade era do
município, tendo a Câmara Municipal entregue, há largos anos a esta parte, a sua gestão à
Junta de Freguesia de Moreira.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, esta em conse-
quência do voto contra da “Coligação Um Novo Começo” aprovar a presente proposta.-----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (3)

PONTO N.º 3

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – RATI-
FICAÇÃO. -----

-----Presente, para ratificação, a informação emanada do Departamento de Finanças e Património, relativamente ao seguinte pedido de isenção de taxas: -----

- Isenção de taxas relativas à Emissão de Ler para a realização Feira do Porco e do Fumeiro, solicitado pelo **DECC-DC, a Junta de Freguesia de Pedrouços** com o registo n.º 4523/2020. -----

-----À Câmara para deliberação. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, RATIFICAR a presente informação. -----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (4)

PONTO N.º 4

**“MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
DO COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS
DE FOLGOSA, NA FREGUESIA DE FOLGO-
SA – NORTE2020 – NORTE-03-2017-42”. -----
PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO E APROVA-
ÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO. -----**

-----Presente a informação elaborada pelo Serviço de Contratação Pública, através da qual apresenta a proposta de adjudicação/aprovação da minuta de contrato, relativa ao assunto mencionado em epígrafe. -----

-----Pelo Senhor Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, foi exarado o seguinte despacho: *“Concordo com o conteúdo da presente proposta de adjudicação. Assim, de acordo com os artigos 73.º e 148.º do CPP, conjugados com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **cumpre-me submeter o Relatório Final ao Executivo Camarário para aprovação da decisão de adjudicação à empresa Vierominho II, Lda. e Alberto Couto Alves, S.A., o objeto contratual em causa. Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 98.º do mesmo Código, aprove-se ainda a minuta do contrato escrito a celebrar. À Câmara para os devidos efeitos. Ao Serviço de Contratação Pública, tendo em vista a prossecução do respetivo processo de empreitada de acordo com a legislação aplicável”***. -----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato.-----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (5)

PONTO N.º 5

**“MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
DO COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS
DE ÁGUAS SANTAS, NA FREGUESIA DE
ÁGUAS SANTAS – NORTE2020 – NORTE-03-
2017-42”.** -----

**PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO E APROVA-
ÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO.** -----

-----Presente a informação elaborada pelo Serviço de Contratação Pública, através da qual apresenta a proposta de adjudicação/aprovação da minuta de contrato, relativa ao assunto mencionado em epígrafe. -----

-----Pelo Senhor Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, foi exarado o seguinte despacho: *“Concordo com o conteúdo da presente proposta de adjudicação. Assim, de acordo com os artigos 73.º e 148.º do CPP, conjugados com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cumpre-me submeter o Relatório Final ao Executivo Camarário para aprovação da decisão de adjudicação ao Consórcio IELAC – Instalações Elétricas e Ar Condicionado, Lda. e Alberto Couto Alves, S.A., o objeto contratual em causa. Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 98.º do mesmo Código, aprove-se ainda a minuta do contrato escrito a celebrar. À Câmara para os devidos efeitos. Ao Serviço de Contratação Pública, tendo em vista a prossecução do respetivo processo de empreitada de acordo com a legislação aplicável”.* -----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato.-----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (6)

PONTO N.º 6

**“MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
DO COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS
DE GUEIFÃES, NA FREGUESIA DE GUEI-
FÃES – NORTE2020 – NORTE-03-2017-42”. ----
PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO E APROVA-
ÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO. -----**

-----Presente a informação elaborada pelo Serviço de Contratação Pública, através da qual apresenta a proposta de adjudicação/aprovação da minuta de contrato, relativa ao assunto mencionado em epígrafe. -----

-----Pelo Senhor Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, foi exarado o seguinte despacho: *“Concordo com o conteúdo da presente proposta de adjudicação. Assim, de acordo com os artigos 73.º e 148.º do CPP, conjugados com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **cumpre-me submeter o Relatório Final ao Executivo Camarário para aprovação da decisão de adjudicação à empresa Redegás - Projeto e Instalação de Gás, S.A., o objeto contratual em causa. Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 98.º do mesmo Código, aprove-se ainda a minuta do contrato escrito a celebrar. À Câmara para os devidos efeitos. Ao Serviço de Contratação Pública, tendo em vista a prossecução do respetivo processo de empreitada de acordo com a legislação aplicável”***. -----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato.-----

/

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (7)

PONTO N.º 7

“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES, PARA TODO O CONCELHO, PELO PERÍODO DE 5 MESES”.-----

PROPOSTA DE PROCEDIMENTO.-----

-----Presente, para aprovação pelo Executivo Municipal, a proposta de procedimento com o registo 12 404/20, elaborada pelo Serviço de Contratação Pública, relativa à prestação de serviços acima mencionada. -----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, foi exarado o seguinte despacho: *"Nos termos das disposições legais habilitantes referidas no ponto 9, aprovo a presente proposta de procedimento nos termos sugeridos. Ao Serviço de Contratação Pública, tendo em vista a prossecução do respetivo processo de aquisição"*. -----

-----À Câmara para deliberação. -----

-----A Senhora Vereadora Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras interveio, afirmando que tinha sido feito um ajuste direto com convite a uma única entidade, no valor de 332 mil euros, por cinco meses, e que consideravam que deveria ter sido escolhido um outro procedimento concursal, que não o ajuste direto, razão pela qual votavam contra.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, esta em consequência do voto contra da Coligação “Um Novo Começo”, aprovar a presente proposta de procedimento relativa à prestação de serviços acima mencionada. -----

/ =

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (8)

PONTO N.º 8

PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO.

----- (8) 1. Processo em nome de TOPTERRENUS-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LIMITADA, pessoa coletiva n.º 507992164, com sede na Rua Joaquim da Silva Torres, n.º 175, r/c fte, freguesia de Cidade da Maia, concelho da Maia, registado sob o n.º 661/20, em 5 de março, com vista ao disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e ao deferimento do projeto de arquitetura sujeito às condições impostas na informação técnica PI:1184/20,3, que se insere por fotocópia. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara”. -----

----- À Câmara para deliberação. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar com vista ao disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e ao deferimento do projeto de arquitetura sujeito às condições impostas na informação técnica PI:1184/20,3. -----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (9)

----- (8) 2. Processo em nome de DIANA BRÍZIDA RIBEIRO DA CRUZ BRANQUINHO RAMOS CARDOSO, pessoa singular n.º 211383813, e RICARDO JORGE VIEIRA CARDOSO, pessoa singular n.º 220553602, com residência na Rua 25 de Abril, n.º 233, 1.º, Ermesinde, concelho de Valongo, registado sob o n.º 3254/19, em 30 de outubro, com vista ao disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e ao deferimento do projeto de arquitetura sujeito às condições impostas na informação técnica PI:1208/20,2, que se insere por fotocópia. -

----- O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara”. -----

----- À Câmara para deliberação. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar com vista ao disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e ao deferimento do projeto de arquitetura sujeito às condições impostas na informação técnica PI:1208/20,2. -----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (10)

PONTO N.º 9

PROCESSOS DE LOTEAMENTO.

----- (9) 1. Processo em nome de BEMTEQUER SENIOR, LDA., contribuinte fiscal n.º 513446710, com sede na Rua B, n.º 131, freguesia de Vila Nova da Telha, concelho da Maia, registado sob o n.º 2985/14, em 5 de novembro, com vista ao deferimento e concessão da alteração aos lotes G-49 e I-4 do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 4/72. -----

----- A Divisão de Gestão Urbana, emitiu informação técnica PI:169/18,13, que se insere por fotocópia. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara”. -----

----- À Câmara para deliberação. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar com vista ao deferimento e concessão da alteração aos lotes G-49 e I-4 do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 4/72, sujeito à condição imposta na informação técnica. -----

Data: 20 / 04 / 20
Fl. (11)

----- (9) 2. Processo em nome de Premiumcoord, Lda.,
contribuinte fiscal n.º 514304960, com sede na Avenida D. Manuel II, n.º 1180 – 2.º andar – sala
5, freguesia Cidade da Maia, concelho da Maia, registado sob o n.º 2416/19, em 09 de agosto,
com vista à concessão da alteração ao lote 4 do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º
8/12. -----

----- A Divisão de Gestão Urbana, emitiu informação técnica
PI:4691/19,7, que se insere por fotocópia. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António
Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara”. -----

----- À Câmara para deliberação. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar com vista
à concessão da alteração ao lote 4 do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 8/12. -----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (12)

PONTO N.º 10

PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA. -----

-----Processo em nome de MARIA AMÉLIA PEREIRA GRADIM DE OLIVEIRA GERICOTA, contribuinte n.º 157404994, residente na Rua das Artes Gráficas, n.º 61, Porto, registado sob o n.º 1277/19, em 03 de maio.-----

-----A Divisão de Gestão Urbana, emitiu informação técnica PI:5915/19,7, desfavorável, a qual se anexa por fotocópia.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara.”.-----

-----À Câmara para deliberação. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, inviabilizar o presente pedido de informação prévia, em conformidade com a informação técnica anexa. -----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (13)

PONTO N.º 11

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO CAMARÁRIA REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

-----Presente, para aprovação, a ata da reunião realizada em 10 de fevereiro, de acordo com o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----À Câmara para deliberação. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, esta em consequência do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, do Senhor Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e do Senhor Vereador, Dr. José António Andrade Ferreira, aprovar a presente ata. -----

-----Mais deliberou proceder à retificação proposta pela Senhora Vereadora, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho, quanto ao ponto 11, após prévia auscultação da gravação. -----

/

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (14)

PONTO N.º 12

/

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO CA-
MARÁRIA REALIZADA EM 17 DE FEVE-
REIRO DE 2020. -----

-----Presente, para aprovação, a ata da reunião realiza-
da em 17 de fevereiro, de acordo com o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro. -----

-----À Câmara para deliberação. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a
presente ata. -----

-----Mais deliberou proceder às retificações propostas
pela Senhora Vereadora, Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira e pelo Senhor Vere-
ador, Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, quanto aos pontos 4, 14 e 17,
após prévia auscultação da gravação. -----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (15)

PONTO N.º 13

ASSINATURA DE PROTOCOLO COM A
AUTORIDADE NACIONAL DE
EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL E AS
ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE
PEDROUÇOS E MOREIRA DA MAIA PARA
A CONSTITUIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO
DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO
PERMANENTE – ANO 2019.-----

-----Presente a proposta subscrita pelo Senhor Vereador com Poderes Delegados em Proteção Civil, Doutor Mário Nuno de Sousa Neves, registada sob o n.º 56 858/19, na qual propõe que a Câmara delibere o seguinte: -----

1) Nos termos do DL. 247/2007, de 27 de junho, conjugado com o art.º 7-A aditado pela Portaria 75/2011, de 15 de fevereiro à Portaria 1358/2007, de 15 de outubro, celebrar com a Associação Humanitária de Pedrouços e com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, com vistas à criação de uma Equipa de Intervenção Permanente, cujos efeitos, atendendo ao interesse público Municipal que decorre da suas competências em matéria de Proteção Civil, retroajam à data de homologação e criação da EIP, no dia 19 de agosto de 2019;-----

2) De acordo com a legislação supra referida, o Protocolo implica o encargo, por parte do Município, de metade dos custos inerentes ao funcionamento da referida EIP, pelo que, a implementação e custo de funcionamento da IEP importa para o Município, no ano de 2019, o montante de 12 632,57 Euros, conforme tabela que se anexa.-----

-----Esta despesa tem cabimento na verba inscrita no

=

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (16)

Capítulo Orgânico 01.03 e Classificação Económica 04.07.01, do Orçamento em vigor, conforme proposta de cabimento n.º 998 e compromisso nos fundos disponíveis n.º 1575.--

----- À Câmara para deliberação. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ADIAR a apreciação da presente proposta.-----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (17)

PONTO N.º 14

ASSINATURA DE PROTOCOLO COM A
AUTORIDADE NACIONAL DE
EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL E AS
ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE
PEDROUÇOS E MOREIRA DA MAIA PARA
A CONSTITUIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO
DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO
PERMANENTE. -----

-----Presente a proposta subscrita pelo Senhor Vereador com Poderes Delegados em Proteção Civil, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves, registada sob o n.º 56 850/19, na qual propõe que a Câmara delibere o seguinte: -----

1) Nos termos do DL. 247/2007, de 27 de junho, conjugado com o art.º 7-A aditado pela Portaria 75/2011, de 15 de fevereiro à Portaria 1358/2007, de 15 de outubro, celebrar com as Associações Humanitárias de Pedrouços e Moreira da Maia e com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Protocolo com vista à criação de Equipas de Intervenção Permanente :-----

2) De acordo com a legislação supra referida, o Protocolo implica a encargo, por parte do Município, de metade dos custos inerentes ao funcionamento das EIP, prevendo-se que para o ano de 2020 a implementação e custo de funcionamento das duas, EIP importe para o Município o montante de 66 504,00 Euros, conforme tabela que se anexa;-----

3) O valor indicado na presente proposta, foi calculado com o pressuposto que ambas Associações Humanitárias de Moreira da Maia e Pedrouços, garantem a criação, implementação e atividade das IEP desde o dia 31 de dezembro de 2020. Os efeitos financeiros do Protocolo celebrado entre as partes apenas de iniciarão após a homologação e

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (18)

implementação de cada uma das Equipas, sendo deduzidos os valores correspondentes à falta de implementação homologação e criação da EIP ou aos períodos de inatividade das mesmas de criação da IEP durante o ano 2020.-----

-----Esta despesa tem cabimento na verba inscrita no Capítulo Orgânico 01.03 e Classificação Económica 04.07.01, do Orçamento em vigor, conforme proposta de cabimento n.º 1001 e compromissos nos fundos disponíveis n.ºs 1590 e 1591.-----

-----À Câmara para deliberação. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ADIAR a apreciação da presente proposta.-----

/

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (19)

PONTO N.º 15

/

“55+ ÁREA METROPOLITANA DO PORTO”.-
APROVAÇÃO DA CANDIDATURA AO POR-
TUGAL INOVAÇÃO SOCIAL – PROGRAMA
PARCERIAS PARA O IMPACTO.-----

-----Presente a proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-estar, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho, registada sob o n.º 14 102/20, na qual propõem que a Câmara Municipal, aprove e autorize a celebração de um Acordo de Cooperação com o Movimento 55+ Associação, de acordo e nos termos da minuta do acordo que anexamos e aqui damos por integralmente reproduzida para todos os legais efeitos, tendo em vista a comparticipação financeira no valor de € 6 343.00, respeitante aos três anos de desenvolvimento do “55+ Área Metropolitana do Porto”, tendo em conta o combate à exclusão social, o combate à solidão e ao isolamento familiar, a promoção de um envelhecimento ativo, do bem-estar e da vida ativa.-----

-----Esta despesa tem cabimento na verba inscrita no Capítulo Orgânico 05 e Classificação Económica 04.07.01, do orçamento em vigor, conforme proposta de cabimento n.º 1405 e compromisso nos Fundos Disponíveis n.º 2274.-----

-----À Câmara para deliberação. -----

-----A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

Data: 20 / 04 / 20

Fl. (20)

PONTO N.º 16

PROTOCOLO A CELEBRAR COM A REN -
INSTALAÇÃO DE BASE OPERACIONAL DO
INEM NA MAIA.-----

-----Presente a proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora Emília de Fátima Moreira dos Santos, registada sob o n.º 14 955/20, na qual propõem que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta de protocolo em anexo, a celebrar com a REN – Rede Elétrica Nacional S.A. que tem por objeto a cedência a título gratuito de dois prédios com vista à instalação de serviços do INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica, no Município da Maia.-----

-----Os encargos financeiros decorrentes deste protocolo, para o Município da Maia, serão oportunamente objeto de aprovação pelo órgão executivo, aquando de aprovação do estudo para o desenvolvimento urbanístico da parcela.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Handwritten mark: 
Data: 20 / 04 / 20

Fl. (21)

Handwritten signature in blue ink.

PONTO N.º 17

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA. -----

-----Presente o Resumo Diário da Tesouraria, referente ao dia vinte de abril do ano de dois mil e vinte, que apresenta um saldo em dinheiro no total de trinta milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e um euros e cinquenta e oito cêntimos, dos quais vinte e cinco milhões, novecentos e cinco mil, quinhentos e trinta e sete euros e noventa e cinco cêntimos, respeitam a Dotações Orçamentais, e o restante, ou seja, quatro milhões, quinhentos e dezanove mil, trezentos e oitenta e três euros e sessenta e três cêntimos correspondem a Dotações Não Orçamentais. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----